

JUSTIFICATIVA

Formado pela Escola Complementar de Campinas, em 1907, obteve o primeiro lugar da sua turma, o Prof. José de Campos Camargo, começou a sua carreira em 1909, quando foi nomeado docente da Escola Masculina da Fazenda Velha, em Limeira, removendo-se para a Escola Masculina da Sede e mais tarde para o Grupo Escolar Cel. Flaminio Ferreira, de Limeira.

Afeito à música, o Prof. José de Campos Camargo organizou e dirigiu inúmeras festas escolares e participou da Orquestra Sinfônica do Instituto Musical Carlos Gomes, de Limeira. Em 1932, a convite do Prof. Sud Mennucci, exerceu as funções de Inspetor Escolar junto à Delegacia de Ensino, em Piracicaba. Participou ativamente da Revolução Constitucionalista, tendo comandado a Guarda do Palácio do Governo, como integrante do Batalhão de Voluntários Professores.

Em 1945, foi comissionado no Departamento de Educação para prestar serviços junto à Chefia do Ensino Secundário e Normal, como Técnico de Educação. Valendo-se da oportunidade, concluiu, brilhantemente, o curso de bacharel na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1946, foi nomeado, por concurso, Delegado de Ensino em Assis, transferindo-se mais tarde, para Rio Claro, onde se aposentou.

Em 1953 voltou às atividades forenses na cidade de Piracicaba, militando com brilho invulgar, sempre se evidenciando, pela cultura e bondade, mas austero e inflexível na defesa da Lei, da Justiça e do Direito. Exemplo de virtude e retidão de caráter, modelo de abnegação e cultura, chefe de família modelar, foi sempre estimado por todos que o conheceram.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. CIRO ALBUQUERQUE (Sem revisão do orador) (Para reclamação) — Sra. Presidente, faleceu na manhã de hoje, na cidade de São Paulo, o ex-parlamentar e desembargador Dr. Francisco de Paula Bernardes Júnior.

Tratando-se de personalidade ilustre, que marcou, em certa época, na história político-administrativa de São Paulo, uma atuação das mais destacadas, tendo ocupado inúmeros cargos de relevância, inclusive de professor, de parlamentar e de magistrado, além de ter desempenhado as funções de Presidente do Banco do Estado, desejava, Sra. Presidente, na oportunidade em que encaminhei à Mesa, juntamente com o nobre deputado Araripe Serpa, um voto de pesar por esse infausto passamento, desejava requerer a V. Exa. que a Assembléia se fizesse representar nos funerais do desembargador Francisco de Paula Bernardes Júnior, que deverão ter lugar hoje, na cidade de São Paulo, às 17 horas, sendo que o féretro deverá sair do Hospital Samaritano.

E' o requerimento verbal que endereço a V. Exa., no sentido da designação de comissão parlamentar, de cinco membros, para representar esta Casa como última homenagem prestada pelo Parlamento de São Paulo ao insigne homem público que veio de falecer nesta madrugada.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Francisco Franco. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Arruda Costanzo. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gosuen. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Cel. Geraldo Martins.

O SR. CEL. GERALDO MARTINS — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e srs. deputados, o Círculo Militar de São Paulo é uma entidade de elevada finalidade representativa no seio da sociedade paulistana, qual seja a de aproximar e unir civis e militares, bem como suas famílias, em torno da agremiação que se destina a proporcionar-lhes ambiente recreativo e cultural, contribuindo, efetivamente, para fortalecer os laços sociais existentes, estimulando o convívio mais íntimo entre civis e militares.

A entidade em apreço congrega em seu seio: oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, das guarnições locais e da Força Pública do Estado, e oficiais da Reserva Segunda Classe, que fizeram seu curso no C. P. O. R., à Rua Alfredo Pujoi e que estão na vida civil, a qual pertencem, comungando todos num objetivo comum, que é a construção da grandeza de São Paulo.

O Círculo Militar de São Paulo abriga em seu quadro social cerca de quatro mil sócios, cabendo destacar ainda que integram à sua diretoria elementos civis, reunindo seus esforços e colaborando, mutuamente, para o engrandecimento da instituição que os congrega.

Presentemente, a entidade está empenhada na conclusão das obras em curso, para edificação de sua sede própria, em terreno à rua Abílio Soares, cedido, em comodato, pela Prefeitura de São Paulo que, num gesto muito louvável e compreendendo os elevados fins visados, permitiu a sua cessão. Os trabalhos da construção se processam sob a ação de todos os integrantes do Círculo Militar, contando também com o alto patrocínio do eminente general do Exército Stênio Caio de Albuquerque Lins, comandante do Ilo Exército, sediado nesta Capital. A entidade foi recentemente considerada de utilidade pública, através de lei votada por esta Assembléia e sancionada pelo sr. Governador do Estado.

Com esta justificativa, encaminhamos à consideração da mesa o seguinte projeto de lei:

(Lé) "Disposição sobre a concessão de auxílio.

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder no presente exercício ao Círculo Militar de São Paulo, sediado nesta Capital, um auxílio de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), destinados à conclusão das obras da sede da entidade.

Artigo 2.º — A fim de atender ao auxílio previsto nesta lei, fica aberto na Secretaria da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a mesma Secretaria fica autorizada a realizar, elevado o limite legal dessas operações da porcentagem necessária à execução da presente lei.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário".

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabullini Júnior. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Murillo Sousa Reis.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e srs. deputados, têm alguns srs. deputados, nestes últimos dias, ocupado esta tribuna para reclamar do Sr. Diretor de Trânsito, Coronel Vicente Eguas Prezas Júnior, uma melhor seleção e fiscalização no seio dos guarda-civis que lá prestam os seus serviços.

Sabemos que esse corpo de servidores públicos, na sua maioria, são homens de boa educação, disciplinados, corteses e atenciosos para com os motoristas; mas sabemos também que existem elementos que não devem permanecer no meio dos guardas do Serviço de Trânsito, por se tratar de elementos sem a mínima educação, tão necessária para um servidor público que trata diretamente com o povo.

Um exemplo de péssimo servidor público é o guarda de trânsito n.º 3063, que não sabe honrar a farda que veste e que há dias, mesmo sabendo que estava falando com o deputado que ora ocupa a tribuna, faltou-lhe com o devido respeito, dizendo ainda que não tinha medo de deputados.

Entendemos que mesmo o deputado está sujeito à punição, no caso de transgressão do Código de Trânsito, mas não entendemos e não podemos admitir que o guarda de trânsito não tenha o devido respeito a um deputado.

Fizemos uma queixa ao Sr. Diretor de Trânsito e S. Exa. já nos informou, por telefone, que o referido guarda será devidamente punido. Esperamos que assim seja, pois, o se o referido guarda teve a coragem de desrespeitar um deputado, o que não poderá fazer na presença de um civil?

Já temos, algumas vezes, elogiado, desta tribuna, o Cel. Vicente Eguas Prezas Jr., muito digno diretor do Serviço de Trânsito desta Capital, que sempre soube e saberá desempenhar a sua missão com elevado brilhantismo. Mas não poderíamos deixar de fazer a queixa, pois só desejamos colaborar com S. Exa. para que, desta forma, possa contar com elementos capazes de o auxiliar nesse árduo e magnífico trabalho, que é o de dirigir o Departamento do Serviço de Trânsito do Estado de São Paulo.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e nobres srs. deputados, de retorno do nordeste brasileiro, onde estivemos na qualidade de integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar as condições do mercado de óleo comestível de caroço de algodão, produto este que atinge atualmente preços extorsivos, devemos, antes mesmo da apresentação do relatório final desse órgão, adiantar o nosso ponto de vista acerca desse momentoso assunto.

Examinando esse problema "in loco", chegamos à conclusão de que não se justifica essa alta assustadora do preço desse produto, pois as alegações dos industriais do óleo não procedem, já que a matéria prima utilizada, que custava 6 a 7 cruzeiros por quilo no ano próximo passado, quando o óleo era vendido a 80 cruzeiros a lata, não teve o seu preço majorado na proporção do aumento desse produto manufaturado, pois agora, quando o caroço de algodão foi vendido a 6 ou 8 cruzeiros, e só no fim da safra alcançou o preço de 10 cruzeiros, o óleo passou a custar 140 cruzeiros, sendo oportuno acrescentar ainda

que a atual produção de caroço de algodão foi a maior dos últimos três anos, chegando a atingir a 60 milhões de quilos.

A realidade é bem outra, ou melhor, a ganância dos produtores fala mais alto, embora com sacrifício do povo brasileiro que, não podendo prescindir desse alimento, é obrigado a adquiri-lo pelo preço pedido. As grandes firmas que industrializam o caroço de algodão financiam as safras dos pequenos lavradores, o que lhes permite o controle do preço dessa matéria prima.

Por outro lado, chegou ao conhecimento da Comissão que existem grandes depósitos de óleo de caroço de algodão, sonogados ao consumo, pois os seus proprietários, as mesmas grandes firmas acima citadas, aguardavam a alta para oferecê-los ao mercado.

Esses elementos nos permitem afirmar ser possível a redução dos preços vigentes para esse produto, bastando para tanto que os órgãos competentes fixem o tabelamento para o preço do caroço de algodão, o que implicará na baixa do custo do óleo comestível.

O relatório a ser apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, apresentará as conclusões finais desse órgão a respeito do assunto, propondo medidas que solucionarão esse grave problema, trabalho esse que foi levado a bom termo graças à dedicação e à operosidade do seu presidente, deputado Farabullini Júnior, dos demais membros, deputados Gustavo Martini e Onofre Gosuen, bem como à valiosa assistência dos técnicos da COFAP, Srs. Olivam Viana e Assis Correa Neto.

Não poderíamos, também, nesta oportunidade, deixar de reconhecer a inestimável colaboração dos homens de imprensa, José Donangelo, dos "Diários Associados", e José Magalhães Chaves, da "Última Hora", que acompanharam de perto os trabalhos da Comissão, dando conhecimento ao povo de São Paulo e do Brasil dos trabalhos realizados por esse órgão.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Jacob Zveibil.

O SR. JACOB ZVEIBIL (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e srs. deputados, São Paulo, cidade sem transportes, cidade despoluída; e, assim por diante, poderíamos ir arrolando as deficiências de que se ressentem, na órbita dos serviços públicos essenciais, no nosso progressista Capital.

Com efeito, graças à iniciativa privada, a cidade cresce em todos os sentidos. Tanto sobe para o ar, pela incessante construção de grandes edifícios, como se desenvolve horizontalmente, conquistando novas áreas para a população.

Novas vilas e bairros residenciais, assim como novos parques fabris, vão surgindo, todos os dias, despeito de todas as falhas e deficiências nos serviços públicos essenciais.

Contudo, é de esperar-se que as deficiências um dia tenham fim. O problema do trânsito em São Paulo depende mais de iniciativa e de organização do que de grandes recursos financeiros, pelo menos da monta dos que são exigidos para outros serviços como o de água e esgotos.

Um plano racional de viação, visando, ao mesmo tempo, o descongestionamento do centro urbano e o melhor aproveitamento dos veículos empregados no transporte coletivo, não existe, nem no Estado, nem no Município. O que existe é falta de boa vontade.

E' de perguntar, no entanto, o que tem sido feito pelos poderes responsáveis para corrigir estas falhas tão clamorosas e de efeitos fortemente negativos para toda a comunidade, que tem o direito de exigir condições de eficiência e praticidade no funcionamento dos serviços públicos.

Por que não se estuda, seriamente, um plano, de maneira a aproveitar e aumentar, racionalmente, os contingentes de guardas nos serviços de tráfego?

Os interesses da população paulista não podem continuar assim postergados.

"Salve-se quem puder" é a expressão exata para qualquer pessoa caracterizar a balbúrdia do tráfego no Largo da Concórdia.

O pedestre não tem vez, onde tudo é confusão, barulho e tropelia. Até os passeios da praça estão ocupados por barracas e vendedores ambulantes.

Para atravessar as ruas laterais do largo, começa o martírio do pedestre. E' preciso atenção e agilidade.

Ao lado da Avenida Rangel Pestana o tráfego é tão intenso que dificilmente se consegue passar. Na entrada do viaduto, que já não comporta o tráfego, o espaço para que os pedestres esparem uma brecha entre os automóveis, ônibus, caminhões, lambretas, não tem mais de um metro.

Os passageiros que desembarcam na Estação Roosevelt tomam contacto direto com a balbúrdia, e atravessam desorientados entre os carros, sujeitos a ficarem esmagados entre eles.

E os guardas de trânsito? Essa pergunta vem à mente a toda hora. E os sinais para a passagem de pedestres? Essa é outra pergunta, daqueles que adquirem coragem para entrar no meio do tráfego para atravessar o Largo da Concórdia.

Srs. deputados, o desaparecimento da D.S.T. para cumprir suas importantes funções tem sido reiteradamente exposto, inclusive pelos responsáveis pela repartição especializada.

Existe uma sucessão de desastres e mortes por atropelamento positivamente alarmante, que nos conduz a admitir a falência catastrófica dos organismos do tráfego, no caso a D.S.T., para assegurar ao povo um mínimo de garantia e de segurança.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellano.

O SR. JOSE FELICIO CASTELLANO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e srs. deputados, já, por mais de uma vez, tenho cuidado do problema da redução dos gastos militares no orçamento da República, dando prosseguimento à campanha do deputado Franco Montoro, representante do Partido Democrata Cristão, que ilustrou, com sua presença culta e patriótica esta Assembléia Legislativa. Aquela parlamentar democrata cristão vem promovendo essa campanha, não só em nosso país, como em outros da América. Já teve ocasião de se fazer ouvir no Chile, Uruguai, Peru e Argentina, defendendo a tese que vem esposando com real brilho e dedicação. No Chile, conseguiu retumbante vitória, pois as suas ideias foram tão bem aceitas a ponto de ser proposta uma reunião de chanceleres para debater a questão. Agora, teve a oportunidade o deputado Franco Montoro de defender a sua tese na Venezuela, por ocasião do Segundo Congresso Interamericano pró Democracia e Liberdade. Nesse congresso, o problema da redução dos gastos militares foi abordado através de projeto de resolução encaminhado por Franco Montoro.

Creio que a questão deve merecer a atenção desta Casa e, notadamente, dos deputados federais. O vulto das aplicações em gastos militares eleva-se, anualmente, a dois bilhões de dólares, nas nações latino-americanas. Em geral, os armamentos adquiridos são obsoletos, inadequados e arcaicos. São armas ultrapassadas, adquiridas através de facilidades que poderão ser consideradas suspeitas, tais as concessões que se fazem...

Mais frisante ainda tornar-se-á se constatarmos que os gastos militares nas nações latino-americanas elevam-se a cerca de 30% dos orçamentos, enquanto que apenas 10% são destinados à educação, 6% à saúde e 8% à agricultura, num contraste verdadeiramente entristecedor. Nos orçamentos brasileiros, todos conhecemos a elevada porcentagem que é dedicada às Forças Armadas, em detrimento da educação, da saúde e da agricultura. Vê-se, portanto, a atualidade da questão, sua importância e, sobretudo, a relevância do assunto, que precisa merecer dos países latino-americanos melhor atenção e acurados estudos.

— (Assume a presidência o Sr. Abreu Sodré.)

Dai a suma importância da proposição do deputado Franco Montoro, que recomenda a todas as nações da América Latina a celebração do acordo continental que tenha por finalidade a redução gradativa e conjunta dos gastos militares, para que, garantida a segurança interna, os recursos excedentes sejam empregados em planos de desenvolvimento econômico e da elevação do nível de vida da população. Desta tribuna, apelo para o Congresso Nacional, no sentido de dar ao assunto a importância que o mesmo merece, pois necessitamos de uma política desarmamentista, a fim de possibilitar a implantação de um clima de amizade e concórdia, que possibilitará, inclusive, a aplicação de recursos na solução de outros problemas de maior alcance popular e que vêm ao encontro do próprio interesse das classes menos afortunadas.

Sr. Presidente, desejo fazer um apelo a V. Exa.. O honrado Governador do Estado enviou a esta Casa projeto de lei que concede isenção fiscal aos sindicatos que adquirirem terrenos para a instalação de suas sedes. Todavia, até o momento, o plenário não pôde apreciar a matéria. Como se trata de assunto de relevância e em cuja decisão se empenham inúmeros sindicatos de trabalhadores, apelo a V. Exa., no sentido de tomar providências para que o projeto venha a plenário.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a imensa honra de anunciar a visita do Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Sergipe, nobre deputado Antônio Torres Júnior, que traz de lá a saudação daquele povo irmão.

Temos certeza de que esses contatos constantes contribuirão para a coexistência desta Pátria cada vez mais unida. Esta, a saudação que o Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo faz ao digno visitante. (Palmas.)

Tem a palavra o nobre deputado Farabullini Júnior.

O SR. FARABULLINI JUNIOR (Sem revisão do orador) — Sr. Pre-